

# A SEGURANÇA PÚBLICA E O ESTADO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Priscilla Santana Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo visa apontar os caminhos traçados pela segurança pública no Brasil a partir das referências e expectativas criadas em torno da defesa nacional. Justifica-se ante à realidade de insatisfação e insegurança vivenciadas pela população brasileira em face do policiamento estatal que indica a necessidade do repensar das políticas públicas, nesta área, até então desenvolvidas pelo governo, quiçá de novos paradigmas que coadunem com as perspectivas de um Estado que se proclama Democrático de Direito. Nessa proposta, tem-se o atual antagonismo entre as forças policiais e a sociedade civil que corrobora para a inserção de medidas paliativas de controle da criminalidade, resultando por vezes, na militarização – reflexo de um discurso de legitimação da repressão estatal. Portanto, questiona-se a ameaça da violência policial à democracia, e que, por isso, requer novas ideologias em prol da construção de uma criminologia pautada sob a premissa de se conceber a segurança pública como um direito fundamental.

**Palavras-chave:** Segurança pública. Direito fundamental. Estado Democrático de Direito.

## PUBLIC SECURITY AND THE DEMOCRATIC BRAZILIAN STATE

**Abstract:** This article aims to point out the paths traced by public security in Brazil from references and expectations created around the national defense. It is justified by the reality of dissatisfaction and insecurity experienced by the Brazilian population in light of state policing which indicates the need to rethink public policies in this area so far developed by the government, perhaps new paradigms that fit the prospects of a State which proclaims itself a democratic. In this proposal, there is the current antagonism between police and civil society which confirms the inclusion of palliative measures to control criminality, sometimes resulting in the militarization - reflection of a discourse of legitimation of state repression. Therefore, it is questioned the threat of police violence to democracy, and that, hence, requires new ideologies in favor of building a criminology guided under the premise of conceiving public security as a fundamental right.

**Keywords:** Public security. Fundamental right. Democratic state.

---

<sup>1</sup> - Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Anápolis - UniEvangélica, especialização em Linguística (Universidade Estadual de Goiás - UEG), especialização em Direito Civil (Faculdade Anhanguera). Mestrado em Direito (Uniceub). Professora do Curso de Direito da UniEvangélica. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Direito da UniEvangélica (NPDU).

## **A Proposta de um Estado Democrático de Direito**

O Estado encontra sua razão de ser no fato de constituir-se em sociedade politicamente organizada. Como tal, possui atribuições próprias que delimitam sua atuação em prol dessa sociedade, visando, por isso, como poder constituído, ao bem-estar social; acresce-se a essa perspectiva a noção do Estado de Direito e do Estado Democrático de Direito. Quanto àquele, tem-se o Direito a partir dos anseios e expectativas estatais, segundo o qual, sendo reconhecido normativamente, vincula a própria entidade estatal que o erigiu. E, quanto a este, o Direito tem por pressuposto os anseios do povo, para então, efetivar-se como ordenamento jurídico, devendo, portanto, ser observado pelo próprio Estado. A democracia funda-se sob esta premissa – de um governo e de um Direito firmados a partir do povo o que, por sua vez, leva ao reconhecimento das heterogenias socioculturais inerentes aos grupos sociais, firmado no respeito à liberdade, à igualdade e à diferença.

Não obstante o reconhecimento da legitimidade do povo como instituidor do Estado Democrático de Direito, há de se perquirir, ainda mais, o sentido de tal atribuição para a política estatal, no caso, brasileira, federativa. Para tal contextualização, mister se faz repensar a ciência política, como referencial teórico da origem do Estado, para então, refletir acerca da eficácia de sua atuação.

Thomas Hobbes contribuiu significativamente para a construção do Estado de Direito, ao descrever, em sua obra, *Leviatã*, o estado natural e o que seria o estado de direito; segundo o primeiro, o homem seria tido como animal, sendo todos os homens livres e iguais para fazer o que fossem capazes de impor pela força. Porém, os fatores externos marcariam a desigualdade entre os mesmos, levando-os a uma guerra constante, de uns contra os outros em busca de poder, riqueza, o que deduz o autor: “cada homem é um lobo para o seu próximo”. Logo, por essa razão, haveria uma tendência de que o próprio homem se destruísse, havendo, por isso, a necessidade de se organizar através de um acordo entre os membros, que garantisse a preservação da sociedade, pela paz, impedindo, assim, com a natureza degradante do ser humano, a sua própria destruição. A partir de então, surge a ideia de um Estado policial que controlasse a “natureza humana”, refletindo-se num contrato social de sujeição, já que haveria, através dele, uma glorificação do poder absoluto do soberano, que nos limites do seu território, sua onipotência não daria margem a abusos. Logo, seria este Estado que decidiria o justo e o injusto, mas desde que no interesse dos súditos, pois caso atentasse, sem razão, contra a vida dos súditos, perderia a razão de ser do pacto social.

Nesse contexto, esse Deus terrestre – Estado – criado pela vontade dos homens, traduzir-se-ia num ser sobre-humano – Leviatã – em cuja onipotência, através da vontade do Soberano, nasceria o direito e a justiça. Assim, o direito passaria a ser a manifestação da vontade do soberano, e não a expressão da razão (SILVA, 2012, *online*).

Sob tais considerações, conclui-se, então, que Hobbes adota uma postura positivista, já que em sua obra, Leviatã, é apenas com a criação do Estado que se alcançaria o direito e a justiça, que através do pacto social, visando ao homem proteção de suas próprias mazelas, este renuncia a sua “liberdade” natural e aceitaria submeter-se às leis estabelecidas pelo Soberano, que passaria a dispor de um poder quase absoluto, por isso, “poderá elaborar suas leis como bem lhe parecer.” (2004, p.19)

Nessa lógica de raciocínio, mister se faz acrescer o que dispõe Karl Marx, em sua obra A Questão Judaica, acerca da temática. A referida obra trata, a priori, de críticas a Bruno Bauer, posto que, no contexto de sua época, questiona a este a aspiração dos judeus alemães a uma emancipação, em 1843: se política ou se civil, por entender que as arguições de Bauer incorreriam em contradições, já que não apresentava o problema para este nível. “Formula perguntas que não envolvem seu problema e resolve outros que deixam sua pergunta sem contestação” (2005, p.17). Acerca do tema em debate, discorre Karl Marx que: “Não se trata de investigar, apenas, quem há de emancipar e quem deve ser emancipado. A crítica tem que indagar, além disso, outra coisa: de que espécie de emancipação se trata; quais as condições implícitas da emancipação que se postula” (2005, p. 17). Bauer “não investiga a relação entre a emancipação política e a emancipação humana” (2005, p. 18). A partir desse entendimento, o referido autor primeiro contextualiza a realidade dos judeus no Estado, em específico, alemão, que segundo ele, por professar uma fé – a cristã – o Estado passou-se a conduzir-se de modo teológico, e não secular, como o deveria. Em sendo assim, a Alemanha da época não seria, ainda, um Estado Político plenamente desenvolvido. “E, nesse ponto, onde a questão ideia de ser teológica, deixa a crítica de Bauer de ser crítica.” (MARX apud SILVA, 2012, *online*).

Logo, segundo Priscilla S. Silva (2012, *online*), o tema explorado pelo autor, no que concerne à questão judaica, dá-se em torno da emancipação política acabada de um Estado em face, no caso, da religião. “O problema das relações da emancipação política com a religião converte-se no problema das relações da emancipação política com a emancipação humana” (2005, p. 20).

É nesse aspecto que o autor passa a desenvolver sua tese de que o Estado político acabado é a plenitude da condição humana, pois nele não há contradições, já que trazem em si normas, leis que visam generalizar, logo, igualar a todos os homens. Diferentemente da sociedade civil, na qual se enquadra a religião, que segundo o autor é um direito humano, esta sociedade é profana, egoísta; é nela que se dão a relação privada, do homem religioso, do comerciante, do trabalhador, do latifundiário, do indivíduo, e de seus direitos como homem, em contraposição ao cidadão, ser genérico: “membro imaginário de uma soberania imaginária, acha-se despojado de sua vida individual real e dotado de uma generalidade irreal” (2005, p. 23). Ensina o referido autor que:

Onde o Estado político já atingiu seu verdadeiro desenvolvimento, o homem leva, não só no plano do pensamento, da consciência, mas também no plano da realidade, da vida, uma dupla vida: uma celestial e outra terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ser coletivo, e a vida na sociedade civil, em que atua como particular, considera outros homens como meios, degrada-se a si próprio como meio e converte-se em brinquedo de poderes estranhos. O Estado político conduz-se em relação a sociedade civil de modo tão espiritualista como o céu em relação a terra. (...) O homem, em sua realidade imediata, na sociedade civil, é um ser profano. Aqui, onde passa ante si mesmo e frente aos outros por um indivíduo real, é uma manifestação carente de verdade (2005, p. 23).

E, é nessa antítese que se trava a questão dos direitos do homem e do cidadão, já que há um dualismo entre a vida individual – que requer os direitos do homem, e a vida genérica, que se eleva aos direitos do cidadão (SILVA, 2012, *online*).

A ideia dos direitos humanos só foi descoberta no século passado. Não é uma ideia inata ao homem, mas este a conquistou na luta contra as tradições históricas em que o homem antes se educara. Os direitos humanos não são, por conseguinte, uma dádiva da natureza, um presente da história, mas fruto da luta contra o acaso do nascimento, contra os privilégios que a história, até então, vinha transmitindo hereditariamente de geração em geração. (2005, p. 32)

Logo, para Karl Marx, os direitos do homem são inerente aos membros da sociedade, egoísta, separados da comunidade, já que, ao resguardarem o direito ao culto, aos direitos naturais, inalienáveis, como os de consciência, igualdade, liberdade, segurança e propriedade, reconhece-se a necessidade do Estado em legitimar esses direitos e normatizá-los, porquanto, pela natureza humana, acabam sendo violados (SILVA, 2012, *online*).

Ao exemplificar o direito à liberdade, o referido autor ensina que:

A liberdade, por conseguinte, é o direito de fazer e empreender tudo aquilo que na prejudique os outros. O limite dentro do qual todo homem pode mover-se inocuamente em direção a outro é determinado pela lei, assim como as estacas marcam o limite ou alinha divisória entre duas terras (...). Todavia, o direito do homem à liberdade não se baseia na união do homem com o homem, mas, pelo contrário, na separação do homem em relação a seu semelhante. A liberdade é o direito a si mesmo. A aplicação prática do direito humano da liberdade é o direito humano à propriedade privada. (2005, p.35)

Assim, para Karl Marx, a questão judaica, como religião, não é importante, mas sim, a questão da emancipação humana. O que está “em jogo” é a construção da sociedade burguesa e, por conseguinte, do Estado fundado que lhe dá as diretrizes, argumento que se coaduna com a concepção positivista de Thomas Hobbes, pois uma das razões de ser das leis (no plano ideal do Estado) é a de que existe uma sociedade em conflito constante, por ser egoísta, por isso ser essa sociedade, civil, profana, e o Estado, legitimado, desde que politicamente acabado, o ideal e supremo, através do qual, todos se tornam iguais. É nesse último sentido que se desenvolvem os direitos do cidadão. Karl Marx no contexto em que se desenvolveu a obra em comento reafirma a importância e finalidade do Estado, no mesmo propósito que o fez Thomas Hobbes, em *Leviatã*, obviamente, sem desconsiderar o contexto e realidade em que este último autor desenvolveu sua obra. Ambos os autores concordam com a questão da natureza humana – passível de direitos humanos, que lhe regularizem sua condição inerente de ganância e egoísmo, como indivíduos e que através do Estado, positivador de normas, eleva essa condição humana à de cidadão, numa plenitude de convivência com o outro, em coletividade (SILVA, 2012, *online*).

Tais reflexões teóricas acerca da instituição da entidade estatal são importantes por nortearem os paradigmas sustentados em torno do que seria e o que se esperaria de um Estado. E, o Estado policial surge, exatamente, no contexto de controle da “natureza humana”, que conforme narrado alhures, fulcra-se na liberdade, questão paradigmática, vez que ao normatizá-la, reconhece-se antes que seu valor está exatamente no fato de que há separação entre os homens, inerentes à sua condição natural divergente. Logo, a liberdade que possui socialmente, está exatamente no fato de lhe reconhecer seus direitos civis, como homem individual. E, é o reconhecimento dos direitos desse homem civil que perfaz a concepção desenvolvida acerca da democracia. Porém, a função do Estado de Direito é de elevar esta sociedade civil a uma condição de comunidade política, segundo a qual todos seriam iguais em seus direitos, portanto com mesmas oportunidades e, sobretudo, tratamento político.

È nesse sentido que se tem a concepção do cidadão. Por isso, falar-se em direito do homem e do cidadão - um Estado que assim se mostrasse, seria, portanto, um Estado político e acabado, vez que não teria contradições.

Ao apresentar o tema sobre tais parâmetros, questiona-se a atividade policial, que segundo o exposto, então, estaria num plano de reguladora da sociedade civil, já que os crimes, no mais das vezes, têm por foco exatamente a luta do homem – indivíduo, por posses, poder e, até mesmo, subsistência, fora outras situações, como perturbações psicológicas, entre outras, que não minoram a sua condição natural de “estado de guerra”.

A reflexão volta-se, porém, ao fato de que o Estado instituído o é exatamente pela legitimidade que possui de elevar a condição humana à condição de cidadania. Por isso, da construção do Estado Democrático de Direito, segundo o qual teria por fundamento exatamente reconhecer as diferenças inerentes à condição humana, não obstante, para que os direitos e deveres fossem direcionados a todos, dever-se-ia antes, este Estado encontrar-se politicamente acabado. E, este se reconheceria assim apenas quando todos os homens fossem tomados por iguais.

Ante o exposto, adverte-se que “a constatação de que o direito é, basicamente, uma maneira de garantir interesses das classes hegemônicas não deve obscurecer o fato de que há interesses comuns entre estas e as classes subalternas”. (CASTRO, 2000, p. 239)

No que pertine à garantia de tal igualdade, o Estado federalista republicano, utiliza-se de um sistema de filtragem, que tem por premissa, exatamente, o fato de que no estado natural, em suas paixões, o homem à mercê de sua liberdade, acaba por cometer injustiças, não obstante reconhecer-se que no Estado Democrático de Direito, estaria no povo a legitimidade de “dizer” esse Direito. Portanto, a função do Estado é ainda maior, numa democracia semidireta, como a brasileira, em que o povo elege os seus representantes que deverão, por isso, responder aos anseios e expectativas sociais. No campo da segurança pública, a atuação do Estado se dá através do controle da criminalidade, pois é a este que foi outorgado o poder de governar – em nome do povo – gerindo os conflitos sob a premissa do bem-estar coletivo. Se este Estado falha, questiona-se a sua atuação, e por fim, o objeto sobre o qual atua, e presumidamente, deveria saber, como representante da “razão” coletiva.



Sobre tal consideração, a obra, Os Artigos Federalistas faz a seguinte referência ao apresentar o que Ficher Ames afirma em defesa do federalismo norte-americano:

Muito foi dito sobre o povo privar-se de seu poder quando o delega a representantes, e que toda representação lhe é desvantajosa, por não passar de uma imagem, uma cópia mais apagada e imperfeita que o original, o povo (...). Foi dito que uma democracia pura é o melhor governo para um pequeno povo que pode reunir-se pessoalmente. Não há muito interesse em discutir isto, pois seria inaplicável ao grande país que habitamos. Talvez seja de alguma utilidade na argumentação, contudo, considera que isso seria muito incômodo, sujeito à faccionismos e violências. As decisões seriam muitas vezes tomadas de surpresa, na precipitação da paixão, por homens que não entenderiam nada, ou não se importariam minimamente com o assunto. (1993, p.40)

Ao tecer tais considerações, volta-se à problemática da construção desse estado democrático, consciente, e racional, posto que se parte do povo seus fundamentos, antes é preciso reconhecer, conforme o exposto pela ciência política, que a democracia não se confunde com o “descontrole da liberdade”. Ainda sobre o tema, Paul Ricoeur ao apresentar uma releitura de Odisseia, de Homero, descreve:

Ulisses, ao conter os fugitivos, comenta: “o governo de muitos não é bom, haja um soberano só”. Entenda-se o herói. O governo de um só não é preferível à decisão coletiva, mas o que fazer, quando um só pensa (ou poucos) em meio a uma multidão agitada pelo afeto? Qual é o futuro da democracia de um povo que não pensa? Desponta aqui uma objeção severa contra o governo do povo, sustentada ainda por Platão. Como poderão governar pessoas dominadas pela paixão? Um estado só poderá ter êxito se dirigido por homens que pensam. Dessa opinião Ulisses e Platão comungam. A tirania é provocada por homens que não pensam. (2008, p. 10)

Ora, sob essas perspectivas, de construção da democracia, do que representa e da atuação estatal no setor, é que se questiona a visão atual da criminologia, quanto ao seu objeto – O que se conhece a seu respeito? Como o mesmo tem sido pensado? Há coerência do mesmo com a concepção social-democrática? Qual o propósito dos corpos políticos institucionalizados e armados, quando assim apresentados? Estes denotam um dilema com a construção de um Estado Democrático, posto que se trata, diante de tal constatação, do monopólio da violência física legitimada? Acerca do assunto, Juan E. Méndez (2000, p. 12) assevera que:

Evidentemente, estamos conscientes de que ‘todas as formas de sociedade civil estão assoladas por fontes endógenas de incivilidade’ e que a incivilidade é uma característica crônica da sociedade civil, como John Keane nos lembra. O que chama a atenção na América Latina, e particularmente no Brasil, por causa de sua dimensão, é que essas formas de incivilidade se abatem de preferência sobre as majorias que constituem as populações pobres e miseráveis, precisamente aqueles setores que são os alvos do arbítrio, da criminalização e da discriminação.

O Estado, as classes dominantes, as elites não asseguram para essas populações as condições básicas para a realização e efetivação dos direitos humanos. De fato a maior parte dos governos democráticos foi incapaz de formular e implementar políticas públicas eficazes para debelar a sociedade incivil, o não-Estado de Direito, o arbítrio do Estado (um Estado não “usável” para fortalecer o Estado de Direito) e para regular a sociedade econômica e o mercado para o bem coletivo.

Tais considerações são feitas em face das políticas públicas adotadas no controle de criminalidade no Brasil, quando avessas à proposta democrática por conta da atuação estatal legitimadora da violência policial, coloca em xeque o próprio Estado de Direito. Tais questões, que ora se expõem, serão abordadas no decorrer do artigo, partindo-se da premissa de que o Brasil, como Estado Democrático de Direito, tem por fundamento o reconhecimento dos direitos do homem, em suas relações civis, e do cidadão, como ente dotado de generalidade, logo igual em direitos e deveres para com o seu próximo. Nesse sentido, tem-se que:

As constituições democráticas são ideadas por pessoas que se reconhecem diferentes e admiram a diferença. De origem mítica é o livre exercício da palavra, esteio da democracia. Sem a reflexão de oradores sobre os sucessos da guerra, a *Iliada* seria um enfadonho desfilar de combates. (RICOEUR, 2008, p. 17)

Voltando-se a tratativa dada ao tema à abordagem que se pretende discorrer acerca da democratização da segurança pública no Brasil, por todo o exposto, vê-se a importância de novas posturas paradigmáticas em face das políticas públicas desenvolvidas no setor, muitas das vezes focadas na militarização da justiça, o que leva a se questionar os propósitos do Sistema de Justiça Criminal vigente.

## **A Segurança Pública no Brasil**

### **Discussão Teórica**

A ideia de Segurança Pública está inerente à concepção de controle da criminalidade, portanto, para tecer considerações acerca de sua viabilidade, antes, mister se faz analisar o campo de sua atuação haja vista que a mesma faz parte do Sistema Penal, bem como, no qual também se inserem o Sistema Judiciário e o Sistema Penitenciário, sendo que, o primeiro filtro do sistema encontra-se justamente na Segurança Pública. Como sendo parte do Sistema Penal, esta é fruto de uma política criminal, razão pela qual requer breves reflexões acerca de seu objeto, posto que:



Não há consenso na *expertise* acadêmica quanto à real capacidade dos sistema de justiça criminal para reduzir a ocorrência do fenômeno criminoso. A questão nos remete a um prolífico debate no âmbito da criminologia, constituindo-se inclusive numa das principais controvérsias entre os estudiosos do tema. (SAPORI, 2007, p. 75)

A política criminal brasileira tem seus presságios, como marco de atuação, o regime militar. Talvez, por essa razão, a ideologia marcante e paradigmática de combate ao crime parte ainda de uma postura de proteção do Estado em detrimento à cidadania. Sobre tal realidade, Luis Flavio Saporì (2007, p. 79) assinala que:

A oscilação entre a ênfase no poder dissuasório do sistema de justiça criminal e a ênfase nos fatores socioeconômicos geradores da exclusão social também tem sido uma característica das políticas de segurança pública na América Latina. Em diversos países da região, em especial na América Central, observa-se o reforço do policiamento nas vias públicas, em geral com o apoio das forças armadas, bem como o recrudescimento das normas que regulam a prisão preventiva e as penas alternativas à prisão. Isso tem provocado um aumento considerável da população prisional, além do deslocamento das forças militares para as funções de segurança interna.

A construção do referencial que marca a atuação do Estado sobre o crime é determinante no combate e controle do mesmo já que, fato é, conforme assinalado por estudiosos do tema, que o Sistema Penal brasileiro hoje é muito mais reativo do que preventivo:

Boa parte dos graves problemas hoje perceptíveis nas polícias brasileiras – desde a ineficácia em conter a criminalidade até a violação de direitos, a tortura e o uso descomedido da força, passando pelas relações conflituosas entre PM e Polícia Civil – decorreriam, assim, do atraso e desvirtuamento das funções policiais provocados pelo longo período de ditadura militar e pela transição ainda incompleta para a democracia. (LEMGRUBER, 2003, p.52)

Diante dessa constatação, inclusive teórica, parte-se de um Estado que ainda se concentra numa visão penal positivista, em que, por vezes, as causas da criminalidade são o foco da atuação no combate ao crime. Logo, tem-se uma política que se embasa na percepção do crime, pela sociedade, se este a ameaça ou não. Ademais, questionam-se, diante dessa perspectiva, os critérios com os quais a Administração Pública trabalha para auferir a contemplação do que seja o criminoso. “Porque é punitivo, o direito penal é certamente a espécie mais dramática de legislação, e por essa dramatização, ele usurpou seu *status* como o paradigma para todas as leis.” (MÉNDEZ et al, 2000, p. 100)

Há, ante o exposto, um conflito de paradigmas se contrapormos a proposta de estudo que vige no Sistema Penal brasileiro e o Sistema Criminológico, sobretudo no que toca a atuação e o papel da polícia.

E, ainda, há de se destacar, mais uma vez, o foco de políticas públicas voltadas para o controle da criminalidade, se repressivas ou preventivas, conforme estudo apresentado por Luis Flavio Saporì (2007, p. 77) de que:

O debate delineado pode ser concebido em termos de uma dicotomia entre políticas preventivas e políticas repressivas de controle do crime, ou entre políticas distributivas, de cunho preferencialmente preventivo, e políticas retributivas, de caráter mais nitidamente repressivo. As políticas retributivas caracterizam-se pela ênfase no combate à impunidade, privilegiando ações que acentuam a capacidade repressiva e dissuasória do aparato de justiça criminal. As políticas distributivas, por seu turno, destacam a baixa capacidade do aparato repressivo do Estado para reduzir a incidência da criminalidade devido a um erro de foco. A ação governamental deloca-se para a etiologia do crime, isto é, os fatores socioeconômicos geradores da desigualdade, do desemprego, da pobreza e da exclusão social de modo geral.

Em apertada síntese, para melhor explanação do conflito paradigmático outrora exposto, o Sistema Penal se perfez, partindo-se de uma visão clássica, do que seria o crime. A seguir, consoante a vertente da Escola Positivista, mudou-se o objeto em questão, para construir todo um sistema, não mais a partir da concepção do que seria o crime, mas sim, o criminoso. Nesse breve histórico, ter-se-ia por constatação o fato de que o Sistema Penal atual, tendo por norte o objeto que estuda, encontra-se fulcrado, ainda, sobre esses meandros. Não obstante a essa observação, surgiram novos campos científicos de análise criminológica, como o foi a Sociologia Criminal, que buscou a relação existente entre a sociedade e o crime. Logo, o foco e objeto de pesquisa foram e estão sendo direcionados rumo a uma análise intersocial do objeto; não sendo mais este tomado isoladamente, como fator determinante por si só, muito antes, passou a ser considerado a partir da reação criminal, numa nova proposta paradigmática através da qual se questiona o próprio Sistema Penal.

É difícil definir o papel da polícia em qualquer sociedade, particularmente porque a polícia é tão onipresente e seu papel tão amplo (...). Como em muitos outros casos, é mais fácil dizer quando o papel não está sendo cumprido do que especificar o âmbito do papel; assim, por exemplo, a adoção de um papel militar pela polícia me parece sempre um erro. Portanto, fica claro que em muitos países da América latina, o papel da polícia é definido erroneamente. Muitos políticos de forma impensada aceitam um modelo semimilitar no qual o papel da polícia é “combater” o inimigo “crime”, incorporado à pessoa do criminoso. O modelo cega-os à percepção pura e simples de que os policiais são cidadãos como aqueles com quem eles trabalham, e que não há nenhum inimigo. Além disso, alguns políticos assim como administradores da polícia aceitam uma fórmula segundo a qual é papel da polícia reduzir o crime, combatendo-o diretamente, a despeito de outras instituições legais e do sistema de justiça criminal. (MÉNDEZ et al, 2000, p. 65)

Partindo-se desses pressupostos, conclui-se que a criminologia, diante das pesquisas até então realizadas, é um saber marginal, posto que requer averiguar, inclusive a discussão teórica que envolve o debate. Se considerarmos a Criminologia inserta na própria concepção do que é Sistema Penal, teríamos, ainda, tal conflito paradigmático, posto que enquanto definidora de normas, caso penais, ter-se-ia por objeto de estudo a infração partindo-se da reação social sobre a mesma, consagrando-se o chamada criminologia positivista. Por outro lado, se avaliarmos tal criminologia, porquanto definidora de normas, porém sociais, ter-se-ia por objeto de análise não mais uma infração, mas sim, o desvio resultante da reação social sobre o mesmo, consagrando-se, então, uma outra postura paradigmática, numa perspectiva de uma nova criminologia, em que o objeto não mais é tratado isoladamente, mas contextualizado em sua razão de ser. Sobre tais parâmetros é que se afirma o conflito de paradigmas existentes na própria natureza do Sistema Penal, o que, indubitavelmente leva à questão para a discussão acerca da Segurança Pública.

### **Breves Considerações – aplicabilidade e realidade**

Ao discorrer acerca da segurança pública no Brasil, antes, mister se faz delinear a sua realidade, em consonância a pesquisas realizadas no setor, e ainda, diante dos noticiários que refletem o “clima” de insatisfação com o que ela representa hoje para a sociedade.

Vários são os relatos do aumento da criminalidade em setores diversos da sociedade, não obstante as várias políticas públicas desenvolvidas, com o propósito de se reduzi-la. Tais políticas, então, diante das pesquisas apresentadas acerca dos “crimes” cometidos, do policiamento frágil em toda a sua estrutura o que leva à militarização de alguns setores, aumentam, mais ainda, a insatisfação do cidadão diante de medidas que não apresentam resultados, ou quando o apresentam, estes não se traduzem no que, a priori, deveriam objetivar por partirem da Administração Pública, quais sejam: o bem-estar da coletividade, a paz social e a justiça. Os noticiários, por sua vez, contribuem para a insatisfação coletiva em face de um quadro, que se apresenta, por vezes, irremediável, o que contribui para a “insegurança” social diante do fator criminógeno.

Em suma, nota-se uma singularidade na competência governamental de prover “ordem pública” nas sociedades modernas. A prevenção do crime via policiamento ostensivo, a investigação e coleta de provas contra possíveis autores de crimes cometidos, o julgamento desse indivíduos no intuito de evidenciar a verdade dos fatos e, por fim, a punição, via aprisionamento, dos que forem considerados culpados e devidamente condenados são tarefas que competem ao Estado. A questão é que essas tarefas obedecem à divisão de poderes típica dos Estados liberal-democráticos, o que se constitui num empecilho estrutural e institucional à efetivação de uma política pública que abarque todas as atribuições do sistema de justiça criminal (SAPORI, 2007, p. 74)

Para melhor elucidação dessa questão, convém frisar que o homem, em sua condição natural, conforme apresentado alhures, em comento à ciência política, está em constante “guerra” com o próximo, segundo suas próprias paixões, resultadas dos anseios pelo poder, de ganância, egoísmo..., por isso luta por propriedades – aquilo que seja seu, consoante suas conquistas. Logo, a função do Estado estaria justamente no sentido de legalizar, mediar tais conflitos, por isso do Estado de Direito, que ultrapassaria a condição deste homem civil – individualizado em seus interesses - para o cidadão: ser coletivo, de uma comunidade que se constrói para todos, por isso, pública.

A intervenção estatal, então, nas relações civis, dá-se através de instrumentos, como o a normatização, que se ampara na legislação - por isso do Direito - e ainda, através de políticas públicas adotadas pelo Estado com o fim de cumprir seu múnus público – de garantidor do bem estar-social. O problema, porém, volta-se quando, num Estado que se consagra democrático, tais políticas não são coerentes com a realidade apresentada e com a proposta institucional de democracia. Para piorar, diante do poder midiático, como o é no Brasil, os noticiários intervêm, por vezes, nessa construção política do “ideário coletivo democrático”, como fator determinante de políticas adotadas, paleativamente, por isso, imediatistas, resultando num sistema de controle questionável por sua fragilidade, já que não concretizam o que seria considerado como “seguro” coletivamente. Tal fato leva a um “fosso” sócio-político entre ideário e realidade. Tal conjectura, pior ainda, leva a questionar o próprio Estado, em sua condição – seria a falência do mesmo, quando da privatização do “coletivo”, como medida de controle do crime, apresentando-se, esta, como resultante de um Estado incompetente.

Sobre tal questão, Teresa Pires do Rio Caldeira apresenta estudo bibliográfico, e ainda, levantamentos estatísticos acerca da segregação social ocorrida em São Paulo quando, por conta da descrença com o poder público ao adotar polícias públicas que visem a garantir a segurança, porém ineficazes, acabam por levar à desvalorização do que seria “público”, possibilitando a formação de empresas privadas para as quais fica relegada tal responsabilidade. Tal fato gera a separação rígida de espaços, privatizados, com o intuito de se homogeneizar o público, num propósito de se resguardar a segurança, ao menos, local, traduzindo-se em “regras que organizam o espaço urbano (...) basicamente padrões de diferenciação social e de separação.” (2000, p. 211).

Para a autora, criam-se, então, os “enclaves fortificados”, manifestados através de muros, não apenas físicos, mas também simbólicos, que representam mais ainda, o distanciamento social – o que gera um paradoxo, seja pela proximidade espacial, cada vez maior, entre ricos e pobres, decorrente do crescimento demográfico, não obstante a separação social rígida entre os mesmos; seja pelo fato de que tal segregação – social e espacial – enfatiza a violência, que no caso, parece estar sendo combatida, quando na verdade, é ampliada pelo preconceito delineado no senso comum de que “pessoal que assalta é tudo nortista. Tudo gente favelada.” (2000, p. 30)

A pesquisa da citada autora demonstra, com os dados apresentados, que a cidade em estudo, ao passo que “crescia”, arregimentava um “novo modelo” de coexistência social, porém bem distante da proposta democrática que requer o equilíbrio das relações sociais e a coexistência pacífica entre os “diferentes”. Surge, então uma nova visão quanto à importância dada aos espaços públicos quando o cidadão, por medo da violência, passa a viver atrás de “muros” e grades, acreditando poder, através destes, estar protegido da criminalidade. Tal quadro apenas reforça o sentimento de descrédito em relação ao poder público – uma vez que este tem falhado para com a segurança dos cidadãos – o que justifica, ainda, a busca dos cidadãos por empresas privadas que garanta a segurança, outrora, obrigação do Estado. Tem-se, portanto, uma segregação dos espaços que tem sido reforçada nos últimos anos em São Paulo. Nesse aspecto, o espaço privado passa a ser supervalorado em detrimento do público, principalmente pelo fato de viabilizar ambientes socialmente homogêneos. Tem-se com tal constatação um entrave entre a realidade da segregação social, assinalada pelo preconceito e pela exclusão do heterogêneo – criminalização simbólica (p. 7-23) - em detrimento ao público e democrático, que requer o consenso com o dissenso.

Por fim, a autora apresenta uma abordagem que tem por foco a segregação social advinda dos reflexos da urbanização, do inevitável crescimento populacional, que aliado aos problemas financeiros decorrentes de crises econômicas, desencadearam o aumento dos crimes, e, por conseguinte, da violência, quando o Estado, diante dessas realidades, adotou uma postura repressiva, influência da história do regime autoritário que o precedeu, contribuindo na construção da falsa idéia de que o Estado deve combater a violência, ao invés de tratá-la. Tal abordagem apresenta o retrato de uma sociedade, em especial paulista, quiçá brasileira, que precisa se direcionar em prol do reconhecimento da segurança pública como medida democrática, e não repressiva.

Logo, a temática apresentada é delineada numa dimensão histórica o que leva ao repensar das políticas públicas num Estado que se proclama Democrático de Direito.

Retomando a abordagem da questão envolta, ainda, acerca do militarismo, disseminado por conta da influência crescente das tecnologias de segurança e pelo controle exercido por representações imponentes na sociedade, tem-se que estas acabam por desestabilizar toda uma ordem, então, idealizada para a viabilização de um Estado que se proclame democrático de Direito.

A problemática se volta para a questão da militarização da justiça. Daniel dos Santos, em sua obra: “A militarização da justiça e a defesa da democracia”, desenvolve a temática advertido, com presteza, acerca dessa realidade numa sociedade que se alberga sob um pensamento ultrapolítico, inerente ao Estado que se pretende democrático, mas que, paradoxalmente, procura nivelar àquele que não se “encaixa” no “suposto” modelo apregoadado, o que justificaria, portanto, o porquê de sua eventual “delinquência”, e que, por isso, deverá ser tratado numa perspectiva de um sistema que, sob a custódia de um pensar, “militar”, acaba por monopolizar uma violência física de forma legítima (apud WEBER, 1959).

A tensão dessa ideologia, tão propagada nos atuais sistemas democráticos que se encontram, por vezes, em conflito com a sua própria razão de ser, haja vista o crescente número de crimes que requerem uma explicação, segundo o citado autor, culmina, portanto, com uma relação paradoxal, já que a intervenção militar na sociedade e sua atuação pública se faz em nome da “paz social”, através da violência, traço marcante do militarismo. E, ainda, há de se mensurar o que justificaria o uso da força militar sobre uma sociedade democrática: seria para “defender a cidadania ou o Estado?”.

Nesse sentido de defesa social é que a obra expõe a complexidade envolta acerca da legalidade da questão militar quando esta tem, como instrumento de sua intervenção, privilégios de políticas estatais, tais como a garantia de um lugar hegemônico ao militarismo, e ainda, ideologias próprias deste sistema, como o é o discurso político de uma cultura guerreira, a imposição de um estado de exceção, culminando-se à usurpação de direito e liberdades dos cidadãos em nome da proteção pela força. O pior é que, agrega-se a esses fatores, uma “estrutura mental militarista” cada vez mais influente em nossa sociedade, o que poderá levar à substituição de um Estado civil por um Estado militar.



Todas essas peculiaridades em torno do tema levam a um “artifício ideológico segundo o qual se permitiria fazer qualquer coisa sem ter que se respeitar o direito internacional ou forçá-lo a legitimar todos os usos da força” contra sociedades, consideradas “ameaçadoras” do sistema democrático (atuação já constatada com a queda das Torres Gêmeas na política dos Estados Unidos). Reforça-se a tais fatores a influência e poder da mídia no controle da produção ideológica do discurso pró-militarismo, através do qual, apenas com o uso deste é que seria possível o controle social em prol da paz.

A disseminação, por fim, de tal ideologia, segundo o autor da citada obra, traduz-se num retrocesso no que pertine à ideia de Estado Democrático de Direito, uma vez que, justificando-se o uso da força como mecanismo de segurança da população, ter-se-ia - ao contrário do que representa a democracia: como sendo o direito às diferenças, inerentes à pluralidade humana – uma sociedade “baseada no encapsulamento cultural e no egocentrismo identitário”. Portanto, a adoção de tal postura, como vem sendo tomada por vários Estados, que a justificam sob o pretexto da proteção de “uma sociedade”, que assim vista, já se diferencia de outras – tidas como delinquentes, engessa a noção do próprio direito à liberdade, uma vez que leva os cidadãos a estarem em constante vigilância uns com os outros, o que geraria uma “identidade exclusiva e excludente”, uma “sociedade governada pelo medo”.

No mais, mister se faz, para melhor elucidação da questão planteada, focar o tema sob os parâmetros da atuação policial, muito bem explorada na obra: Quem vigia os vigias: um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil, de Julita Lemgruber, Leonarda Musumeci e Ignacio Cano. A mencionada obra tem por objeto pesquisa, a partir de depoimentos colhidos de cidadãos bem como de policiais, o estudo acerca de como vêm sendo exercidos os controles interno e, sobretudo, externo da atividade policial brasileira. Os autores analisam os dados refletindo acerca das limitações que os modelos de controle brasileiros sofrem, sobretudo quando contrastados às experiências internacionais, que segundo a obra, adquiriram autonomia, abrangência e diversificação; bem diverso da realidade brasileira.

Partido, então da proposta de estudo, o objetivo da mesma volta-se para o conhecimento e avaliação do funcionamento atual das Ouvidorias Brasileiras - órgão de controle externo - no intuito de identificar os principais problemas das mesmas. Nesse propósito, a pesquisa abrange cinco das nove Ouvidorias de Polícia em operação para a coleta de dados.

No primeiro capítulo, a obra apresenta como o controle externo da polícia foi criado e como está sendo desenvolvido em alguns países a partir da década de 70. Nessa perspectiva os autores observam que:

Disseminadas na Europa a partir do início do século XIX, as instituições policiais modernas surgiram num contexto de ampliação dos direitos civis, apresentando-se como alternativa, quer ao uso privado da força, quer à intervenção – esporádica e quase sempre truculenta – dos exércitos nos conflitos sociais. Seu desenvolvimento refletiu o processo de construção do estado de direito no Ocidente. (2003, p.24)

Assim, aspecto importante do texto é a referência da construção paradigmática para a sociedade moderna das funções e competências das instituições policiais, voltadas para a garantia da construção do estado de direito ocidental; e é nesse norte que se desenvolve a legitimidade do uso da força, porém também, é a partir dessa visão que se questiona a legalidade desse uso, conflituando, então, legalidade e eficácia da ação policial.

Sobre tais referências o autor apresenta as origens das instituições contemporâneas, e como se deu a construção das mesmas em países democráticos, nos quais o foco se volta para a perspectiva de que as polícias “prestem contas do trabalho que realizam e sejam responsabilizadas pelos abusos e ilegalidade que eventualmente cometam.” (2003, p.26). Como formas de funcionamento e limites da autoridade e independência de algumas organizações de controle externo da polícia, o texto analisa que: “As entidades de controle externo que não se envolvem diretamente com queixas do público trabalham de forma eminentemente proativa, buscando localizar e resolver problemas sistêmicos das organizações policiais.” (2003, p.30). Há, ainda, o controle externo de órgãos mais gerais, adotados por diversos países.

No capítulo dois, a pesquisa enumera vários problemas existentes nas forças policiais brasileiras. Sob tal foco, avalia-se o contexto histórico, e até cultural, que influenciaram, ou até, levaram às “mazelas e descaminhos das instituições policiais brasileiras” (2003, p.35). Parte o autor, ainda, da reflexão de que o “parco investimento em tecnologia e capital humano resulta numa capacidade cronicamente baixa de investigação e resolução de crimes.” (2003, p.35). E, que a avaliação do trabalho policial é incipiente na cultura do planejamento no caso brasileiro.

Adverte, também, os autores, que a divisão da atividade de polícia em corporações: Civil (encarregada da investigação dos crimes) e Militar (encarregada do policiamento ostensivo e preventivo), e o arranjo institucional interno das mesmas, no que tange à própria cultura organizacional, cria um fosso quanto à coesão e integração necessárias para o funcionamento de tais instituições. Nesse sentido, o autor adverte, no mais, que tal realidade faz com que existam:

(...) duas corporações, com culturas próprias, dentro de cada uma. O fosso e a baixa representatividade da cúpula no conjunto da organização aparecem explicitamente em momentos de crise, como nas greves policiais de fins dos anos 1990. Mas também produzem uma série de efeitos perversos no dia-a-dia da atividade policial e, sobretudo, nos mecanismos de controle interno dessas atividades. (2003, p.37)

Observa, ainda, a obra, no que se refere ao controle externo, que este não foi programado para lidar com a “ineficiência das instituições ou com suas falhas organizativas.” (2003, p. 37). A partir dessas averiguações, o texto passa a avaliar a violência policial, o abuso de poder e a corrupção como tipos comuns de denúncias nas Ouvidorias pesquisadas, apresentando como uma das justificativas, talvez, para esse fato, a influência do regime militar vivenciado pelo país durante 21 anos, que levou à formação de uma cultura de segurança pública repressiva, por vezes, não proativa, mas sim reativa. Ao tratar o tema, focado na perspectiva de uma nação que se proclama democrática, o autor reforça que:

Boa parte dos graves problemas hoje perceptíveis nas polícias brasileiras – desde a ineficácia em conter a criminalidade até a violação de direitos, a tortura e o uso descomedido da força, passando pelas relações conflituosas entre PM e Polícia Civil – decorreriam, assim do atraso e desvirtuamento das funções policiais provocados pelo longo período de ditadura militar e pela transição ainda incompleta para a democracia. (2003, p.52)

Sob esse foco, ter-se-ia na prática a constatação de um regime de exceção paralelo ao “estado de direito formal” (2003, p.57). Por fim, o texto volta sua análise para o fato de que há uma discrepância entre os regulamentos disciplinares, que punem rigorosamente as faltas relacionadas à atividade policial, em detrimento aos abusos ou crimes cometidos pelos policiais.

No capítulo três, o texto explora a estrutura e organização dos órgãos de controle interno (Corregedorias) das polícias. Nesse ponto, adverte acerca do corporativismo que envolve tais órgãos, o que compromete a eficácia do controle das práticas ilegais praticadas pelas polícias. Alude, ainda, que tal corporativismo agrava as falhas policiais decorrentes dos desvios de conduta, e que refletem, conseqüentemente, na sociedade.

Outro problema, que provavelmente justificaria tais desvios de conduta, seriam os baixos salários, que levariam muitos policiais a procurarem bicos para garantir a própria sobrevivência e a de sua família.

O capítulo quatro volta-se para a importância do Ministério Público nesse controle, a seara de sua competência e a sua atuação na realidade hoje vivenciada pela segurança pública brasileira. O texto parte, então, da premissa de ter o Ministério Público estrutura funcional própria, o que lhe garantiria independência e autoridade, por estar a meio caminho entre os poderes Executivo e Judiciário, de controlar a segurança pública no Brasil; porém, diante da pesquisa levantada, observou-se que na prática, tais atribuições não são exercidas, levantando-se como possíveis causas dessa falha a confusão que se dá em torno do próprio conceito de controle externo, a hostilidade com que as polícias percebem a interferência do Ministério Público nos procedimentos policiais, entre outros.

Nesse sentido, a obra em comento avalia que a limitada atuação do MP, em face de todo o exposto, e ainda, as resistências corporativas, têm relegado a segundo plano o controle externo da atividade policial e a defesa dos direitos dos cidadãos.

Num segundo momento, do mesmo capítulo, a pesquisa realizada em cinco ouvidorias do país revela as limitações e funcionamento desse órgão, pelo fato deste encontrar limites de independência e de autoridade estreitos, sobretudo em razão de que, o que se estabeleceu por diretrizes não têm sido utilizado na prática, agravando-se tal constatação pelo temor de represálias do denunciante. Nesse capítulo, ainda, os autores apresentam a estrutura e a composição das ouvidorias para melhor entendimento de seu funcionamento, constatando-se uma falha na própria estrutura desse órgão, já que, por vezes, as pessoas que trabalham nele não possuem treinamento adequado para a função desempenhada, o que desvirtua a própria razão de ser do mesmo, logo, perdendo-se o foco último do que seja uma ouvidoria, qual seja: defender os cidadãos contra abusos de policiais.

O capítulo cinco, por sua vez, apresenta estatísticas acerca das pesquisas desenvolvidas, a partir de questionários, em torno das denúncias recebidas, investigações empreendidas, punições aplicadas, perfil dos denunciante e níveis de letalidade e de risco de atuação das polícias militares estaduais, fornecidas nos relatórios de pesquisa realizados em cinco ouvidorias dos estados de São Paulo, Pará, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

A partir dos dados coletados, algumas sugestões são apresentadas pelos autores no intuito de se melhorar o desempenho das ouvidorias, tais como, que estas melhorem a divulgação de seu trabalho, e ainda, aprimorem o relacionamento com os denunciante, divulgando a existência e as funções do órgão; que procurem maior eficiência e rapidez nas apurações das denúncias.

Por fim, por todo o exposto, os autores concluem que diversos problemas, conforme acima narrados, limitam a eficácia das ouvidorias, que por essa razão, requerem a formulação de um novo controle capaz de contribuir de maneira efetiva para a democratização das políticas de segurança pública. Nesse sentido, há muito ainda a fazer para que tais órgãos no Brasil possam transformar-se de fato em instrumento de defesa do cidadão no controle da segurança pública.

Logo, diante das reflexões delineadas nos estudos realizados pelas citadas obras, tem-se que a Segurança Pública no Brasil, requer, em muito, o repensar de novas políticas voltadas para a discussão pública, sob a premissa de democratização das mesmas.

### **Democratização da Segurança Pública**

Ao falarmos da questão que envolve a Segurança Pública, mister se faz enfocar que há uma mescla de políticas públicas propostas, por todo o exposto, sobretudo em razão da necessária mudança paradigmática, ainda em construção, e que para a qual a Segurança Pública deve se voltar caso queira ser viável e eficaz. A questão então, foca-se, mais uma vez, no que se espera da mesma como um sistema em face do seu objeto e do campo de sua atuação.

Com vistas a uma nova perspectiva do que se espera da Segurança Pública no Brasil, uma série de estratégias está sendo tomada pelo Ministério da Justiça, delineando-se um eixo para que a mesma se redirecione rumo a uma proposta de democratização do segmento. Nesse sentido, propostas foram levantadas, tais como a criação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal, cuja função seria a de “identificar oportunidades e alternativas de ação” do policiamento regional, com vistas a produzir um segurança a partir da prevenção e repressão ao crime, mas de maneira efetiva e integrada entre o poder público e a comunidade local. Logo, tem por foco a aproximação das instituições de segurança pública com a sociedade. (RIBEIRO et al, 2009 p. 09)

Há ainda as propostas levantadas pela CONSEG – Conferência Nacional de Segurança Pública, que teve por norte o paradigma proposta pelo Ministério da Justiça, porém muito mais assumido pela sociedade civil do que pelos trabalhadores e gestores do setor. Com tal conferência foi possível vislumbrar um momento histórico paradoxal, já que há um consenso a favor da democracia, não obstante serem poucos os que acreditam na governança democrática, e ainda, proporcionou a discussão pública acerca da publicização de demandas, de segmentos, até então, pouco visíveis no campo de atuação da Segurança pública.

Sobre tal temática levantada, tem-se a importância, para a concretização desse novo paradigma, do Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania haja vista atuar como instrumento de gestão democrática. Objetiva-se, portanto, consolidar a visão da segurança como direito humano, como direito fundamental. Assim, a um direcionamento quanto às possibilidades de se efetivar a o Sistema de Segurança Pública, partindo-se de um amplo debate e troca de experiências entre gestores, trabalhadores do setor e de segmentos sociais através de conferências, cujo objetivo primacial é o de mapear as vozes e visões sobre o tema. Logo, a proposta volta-se para o debate público, num exercício e demonstração efetivos de democracia. (SOUZA, 2010, p. 106)

Trata-se, portando de redirecionar as políticas adotadas para o setor rumo a novas perspectivas traçadas pela Criminologia, qual seja: viabilizar uma rede de movimentos sociais em prol da Segurança Pública, cujo objeto de estudo passaria a ser a inter-relação do Estado com o Público. Não obstante tal vertente paradigmática, tal proposta ainda encontra percalços no método de recortes adotado à análise do objeto focada no Sistema Penal, segundo o qual o diálogo torna-se inviável já que caberia a este apresentar respostas a todo o Sistema Criminal.

## **Conclusão**

A Segurança Pública no Brasil tem sido, nos últimos anos, alvo de discussões acadêmicas haja vista a trajetória, até então delineada pelo políticas públicas de combate e controle da criminalidade desenvolvidas para o setor. Tais políticas apresentam resultados questionáveis quando, em vista dos mesmos, a força violenta da atuação policial é utilizada sob a tutela da legitimidade, inclusive, da violência física monopolizada pela instituição.



A constatação da violência policial como justificativa para o combate ao crime, põe em debate a atuação estatal e seus limites em face do Estado brasileiro, que se alberga sob a premissa de ser Democrático de Direito, já que o desrespeito a padrões mínimos de legalidade leva à ameaça do Estado de Direito.

Tal fato ainda leva à reflexão do contexto social em que tal violência se aplica, já que os estudos sobre o tema apontam que o preconceito gera o descontrole no uso do Poder da Polícia sobre grupos esteriotipados socialmente, seja por sua condição financeira, física, cultural ou ideológica. Tal questão se levanta ainda em face da adoção de políticas questionáveis, como a da Tolerância Zero:

Além de ter sua eficácia questionada, a política de tolerância zero vem sendo duramente criticada por seus fundamentos ideológicos e por seus efeitos perversos no que tange à discriminação racial e ao desrespeito aos direitos humanos. Tida como protótipo de penalidade neoliberal, essa política de segurança adotada em Nova York e exportada para diversos países latino-americanos e europeus seria a manifestação de mais um processo de opressão dos pobres e demais camadas sociais marginalizadas. Ao enfatizar as dimensões propriamente repressivas da atuação estatal, a tolerância zero é incapaz de responder às desordens suscitadas pela desregulamentação da economia e pela pauperização relativa e absoluta de amplos segmentos do proletariado urbano. Ao reforçar os meios, a amplitude e a intensidade de intervenção do aparelho policial e judiciário, esse tipo de política pública de segurança estabeleceria uma verdadeira “ditadura sobre os pobres”. (SAPORI, 2007, p. 77)

Em busca do controle do crime, medidas paliativas por vezes são tomadas pela falta de um estudo esmerado acerca do seu objeto ou do modelo que se pretende projetar de políticas públicas à sociedade. Nesse sentido, é preciso traçar novas estratégias em face de tal realidade, questionando-se a própria discussão teórica sobre o tema, numa perspectiva de mudança de paradigma quanto ao objeto que se pretende focar para desenvolvê-lo da política criminal.

As perspectivas que se apresentam com os estudos levantados de conflito de paradigmas entre a criminologia, como uma ciência, e o saber penal, levam a busca da democratização do sistema, no mínimo, em face da própria proposta de Estado que o alberga. Trata-se de se direcionar todo o sistema em prol do que se pretende proteger e defender: o Estado ou o cidadão? Logo, a discussão pública torna-se primordial por promover o debate de diversos setores da sociedade, possibilitando uma rede de movimentos sociais nesse propósito.

Diante do debate público levantado é que se propôs um novo paradigma de Segurança Pública pugnado pelo Ministério da Justiça, que envolve a sociedade civil e os trabalhadores e gestores públicos da área. A discussão pública, através da Conferência Nacional de Segurança Pública – CONSEG propiciou a publicização de demandas de segmentos, antes, pouco visíveis no setor. Trata-se, portanto, de buscar instrumentos de gestão democrática, rumo à consolidação da democratização da Segurança Pública, como um Direito Fundamental.

## Bibliografia

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Editora 34/ Edusp, 2000.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

LEMGRUBER, Julita. **Quem vigia os vigias? - um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil**/Julita Lemgruber, Leonarda Musumeci, Ignacio Cano. Rio de Janeiro: Record, 2003, 317 páginas.

MADISON, James. **Os artigos federalistas, 1787-1788**: edição integral/ James Madison, Alexander Hamilton, John Jay; apresentação Isaac Kramnick; tradução Maria Luiza X. de A. Borges. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

MARX, Karl. **A questão judaica**. Trad. Silvio Donizete Chagas. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2005.

MÉNDEZ, Juan E. **Democracia, violência e injustiça: o Não-Estado de direito na América Latina**/organizadores, Juan E. Méndez, Guilherme O'Donnell, Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RIBEIRO, Ludmilla. **Guia prático para constituição e funcionamento de Gabinete de gestão integrada municipal**./ Ludmilla Ribeiro. Vanessa de Amorim Cortes. – Rio de Janeiro: Viva Rio, 2009.

RICOEUR, Paul. **Hermenêutica e Ideologias**. – Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

SANTOS, Daniel. **A militarização da justiça e a defesa da democracia** (In. *Dilemas*. Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Vol. 4, n. 1, JAN/FEV/MAR 2011, p. 123 – 140).

SAPORI, Luis Flavio. **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SILVA, Priscilla Santana. **O Positivismo Jurídico na Filosofia Política de T. Hobbes**. 2011. Disponível em <<http://revistas.unievangelica.edu.br>> Acesso em: 10 jun. 2012.

SOUZA, Letícia Godinho. **Segurança pública, participação social e a 1ª Conseg**. (In. Revista Brasileira de Segurança Pública. Ano 4. Edição 7, Ago/Set 2010, p.104-119).